



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

VOTO Nº 7473/2014

PROCESSO MPF Nº 1.35.000.001466/2014-65

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

PROCURADOR OFICIANTE: FERNANDO TÚLIO DA SILVA

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

NOTÍCIA DE FATO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. LC Nº 75/93, ART. 62, IV. NÃO HOMOLOGAÇÃO. POSSIBILIDADE DE DILIGÊNCIAS. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Notícia de Fato. Supostos crimes de lavagem de capitais (Lei nº 9.613/98) e de falsidade ideológica (CP, art. 299) e uso de documento falso (CP, art. 304) atribuídos a jogador de futebol.

2. O il. Procurador da República promoveu o arquivamento em relação ao crime de lavagem de capitais (Lei nº 9.613/98) e o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual quanto aos crimes de falsidade ideológica (CP, art. 299) e uso de documento falso (CP, art. 304).

3. Autos remetidos à 2ª Câmara para fins do art. 62, IV, da LC nº 75/93 e Enunciado nº 32.

4. Após o recebimento da notícia-crime e instauração do presente procedimento administrativo, nenhuma diligência foi realizada e não há demonstração inequívoca, segura e convincente da ausência de justa causa para a persecução penal no âmbito do Ministério Público Federal.

5. Somente após o esaurimento das diligências capazes de esclarecer o ocorrido, é que o Ministério Público Federal poderá concluir, extirpe de dúvidas, se existem elementos suficientes para deflagrar a Ação Penal ou se deve promover, de forma segura, o arquivamento do processo ou o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

6. No caso, há que se ressaltar que o investigado é, segundo a notícia, jogador de futebol em atividade na Rússia, o que evidencia a possibilidade da inserção de dados falsos no passaporte e sua utilização perante a Polícia Federal, o que atrairia a competência da Justiça Federal para o processo e julgamento de eventual ação penal. STJ: Súmula 200, Terceira Seção, julgado em 22/10/1997, DJ 29/10/1997, p. 55177; RHC 31.039/RJ, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 01/03/2013; CC 112.975/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Seção, DJe 11/04/2012.

7. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de Notícia de Fato instaurada a parte de e-mail noticiando supostos crimes de lavagem de capitais (Lei nº 9.613/98) e de falsidade ideológica (CP, art. 299) e uso de documento falso (CP, art. 304) atribuídos a jogador de futebol.

O il. Procurador da República Fernando Túlio da Silva promoveu o arquivamento em relação ao crime de lavagem de capitais (Lei nº 9.613/98) e o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual quanto aos crimes de falsidade ideológica (CP, art. 299) e uso de documento falso (CP, art. 304), sob os seguintes argumentos:

1. Quanto à suposta prática do crime do art. 1º da Lei nº 9.613/98, em que a transnacionalidade atrairia a competência da Justiça Federal, as informações fornecidas na denúncia anônima, a par de genéricas, não trazem quaisquer indícios mínimos da proveniência ilícita dos valores que seriam movimentados por terceiros, já que, segundo a própria notícia, o dinheiro seria proveniente de atividades profissionais.

De outro lado, não há nos autos também indícios mínimos, ao se considerar a generalidade do quanto noticiado, de que haveria a ocultação ou dissimulação de valores que seriam encaminhados por Joaozinho. Só há nos autos, a rigor, a afirmação de que “a família do ex Vice prefeito é quem lava o dinheiro”.

Assim, mesmo que se imaginasse a ocorrência de remessa de valores por parte do investigado a uma tal “família” do ex-Vice Prefeito, não há indícios razoáveis de que os valores teriam origem ilícita, o que descaracteriza, a nosso aviso, a prática do delito em tela.

Por tais razões, no tocante à notícia de suposta “lavagem de dinheiro”, determino o arquivamento da apuração.

2. Quanto à suposta prática, em tese, dos crimes de uso de documento falso e falsidade ideológica no registro do jogador Joaozinho para atividades esportivas de futebol, tem-se que tais crimes não estão afetos ao âmbito de apuração do Ministério Público Federal.

Especificamente, o caso em exame evidencia a possível prática de delitos circunscritos ao âmbito de apuração das autoridades estaduais, já que não há nos autos elementos indicativos de que os crimes investigados tenham gerado lesão a bens, serviços ou interesses da União, de suas autarquias ou empresas públicas (art. 109 da CF).

Sendo assim, a condução das investigações dos delitos dos artigos 299 e 304 do CP deve ser declinada em favor do eg. Ministério Público Estadual do Estado de Sergipe.

3. Pelas razões ante expostas, declínio de minhas atribuições, para a análise dos delitos dos artigos 299 e 304 do CP, em favor do Ministério Público do Estado de Sergipe, a quem os presentes autos deverão ser encaminhados após homologação da decisão pela c. 2ª CCR/MPF, e promovo o arquivamento da investigação da suposta prática do delito do art. 1º da Lei 9.613/98, em razão da não constatação de elementos indiciários mínimos.

Os autos foram remetidos a esta 2ª CCR, para fins do art. 62, IV, da LC nº 75/93 e Enunciado nº 32.

É o relatório.

Com a devida vênia do Procurador da República oficiante, o arquivamento e o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, neste estágio, afigura-se prematuro.

Verifica-se que após o recebimento da notícia-crime e instauração do presente procedimento administrativo (Notícia de Fato), nenhuma diligência foi realizada e não há demonstração inequívoca, segura e convincente da ausência de justa causa para a persecução penal no âmbito do Ministério Público Federal.

Somente após o esgotamento das diligências capazes de esclarecer o ocorrido, é que o Ministério Público Federal poderá concluir, extirpe de dúvidas, se existem elementos suficientes para deflagrar a Ação Penal ou se deve promover, de forma segura, o arquivamento do processo ou o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

No caso, há que se ressaltar que o investigado é, segundo a notícia, jogador de futebol em atividade na Rússia, o que evidencia a possibilidade da inserção de dados falsos no passaporte e sua utilização perante a Polícia Federal, o que atrairia a competência da Justiça Federal para o processo e julgamento de eventual ação penal.

Nesse sentido é o entendimento do STJ, in verbis:

O JUÍZO FEDERAL COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR ACUSADO DE CRIME DE USO DE PASSAPORTE FALSO É O DO LUGAR ONDE O DELITO SE CONSUMOU. (**Súmula 200**, Terceira Seção, julgado em 22/10/1997, DJ 29/10/1997, p. 55177)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. USO DE DOCUMENTO FALSO. PASSAPORTE. COMPETÊNCIA. CRIME PRATICADO EM DETRIMENTO DO CONTROLE DE FRONTEIRAS. SERVIÇO DA UNIÃO.

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ART. 109, IV, DA CF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1. Compete à União executar os serviços de polícia de fronteiras, nos termos do art. 21, XXII, da Constituição Federal.

2. Uma vez verificado que o suposto delito de uso de documento falso (passaporte) foi praticado em detrimento de serviço prestado pela Polícia Federal, relativo ao controle de fronteiras, resta inequívoco o interesse da União em sua apuração.

3. Recurso em habeas corpus improvido. (RHC 31.039/RJ, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 01/03/2013)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. USO DE PASSAPORTE FALSIFICADO. DELITO PRATICADO EM DETRIMENTO DO CONTROLE DE FRONTEIRAS. INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. Revela-se evidente o interesse da União na apuração de crime de uso de passaporte falsificado, em embarque internacional, porquanto praticado em detrimento do controle das fronteiras nacionais, atraindo a competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição da República.

2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 5ª Vara de Guarulhos - SJ/SP, o suscitado. (CC 112.975/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Seção, DJe 11/04/2012)

Com essas considerações, voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao il. Procurador-Chefe da procuradoria da República no Estado de Sergipe, cientificando-se, por cópia, o il. Procurador da República oficiante, com as homenagens de estilo.

Brasília, 6 de outubro de 2014.

José Bonifácio Borges de Andrada
Subprocurador-Geral da República
Coordenador – 2ª CCR

/T.